

# SUMÁRIO

---

<b>Capítulo I – DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>31</b>
1	Considerações iniciais..... 31
2	Conceito..... 34
3	Fontes..... 35
3.1	Lei..... 36
3.2	Súmula vinculante..... 37
3.3	Jurisprudência..... 40
3.4	Doutrina..... 40
3.5	Costume..... 41
4	Atividade administrativa..... 41
4.1	O poder..... 41
4.2	As Razões do Estado..... 44
4.3	Atividade administrativa..... 46
5	Princípios..... 47
5.1	Princípio da supremacia do interesse público..... 50
5.2	Princípio da igualdade..... 51
5.3	Princípio da legalidade..... 52
5.4	Princípio da impessoalidade..... 58
5.5	Princípio da moralidade e da probidade..... 59
5.6	Princípio da publicidade..... 67
5.7	Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade..... 68
5.8	Princípio da ampla defesa..... 70
5.9	Princípio da continuidade e da permanência do serviço público..... 71
5.10	Princípio da eficiência..... 73
6	Poderes da administração pública..... 73
6.1	Poder regulamentar..... 74
6.2	Poder hierárquico..... 75
6.3	Poder disciplinar..... 76
6.4	Poder de Polícia..... 76

<b>Capítulo II – A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E A REFORMA ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>81</b>
1 O federalismo .....	81
1.1 A Origem do Estado Federal Moderno .....	82
1.2 Níveis de Descentralização do Poder .....	85
2 O Estado Federal Brasileiro.....	87
2.1 Da proclamação da República aos nossos dias.....	87
2.2 O federalismo nas Constituições republicanas.....	92
3 Organização do Estado.....	106
4 O direito administrativo e os demais ramos do direito .....	108
5 Reforma administrativa .....	109
6 Administração pública.....	112
6.1 Estrutura e organização da administração pública .....	113
<b>Capítulo III – ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>127</b>
1 Conceito .....	127
2 Requisitos de validade.....	131
2.1 Competência .....	131
2.2 Objeto ou conteúdo.....	133
2.3 Forma.....	133
2.4 Motivo.....	133
2.5 Finalidade.....	134
3 Atributos do ato administrativo .....	136
3.1 Presunção de legitimidade.....	136
3.2 Imperatividade .....	137
3.3 Autoexecutoriedade .....	137
4 Classificação.....	137
4.1 Quanto à origem.....	138
4.2 Quanto à atividade administrativa.....	139
4.3 Quanto à liberdade de sua prática .....	139
4.4 Quanto ao destinatário .....	140
4.5 Quanto ao conteúdo .....	140
4.6 Quanto aos efeitos.....	140
5 Eficácia do ato administrativo .....	141
5.1 Eficácia imediata.....	141
5.2 Eficácia condicionada .....	141
5.3 Eficácia dos atos defeituosos .....	142
6 Ato administrativo em espécie .....	145
6.1 Quanto ao conteúdo .....	145
6.2 Quanto à forma .....	147
7 Procedimento administrativo.....	148

8	Extinção do ato administrativo.....	148
8.1	Cumprimento do objeto.....	148
8.2	Esgotamento do prazo.....	149
8.3	Desaparecimento do sujeito.....	149
8.4	Desaparecimento do objeto.....	149
8.5	Renúncia.....	149
8.6	Retirada.....	150
<b>Capítulo IV – SERVIÇO PÚBLICO.....</b>		<b>159</b>
1	Introdução.....	159
2	Conceito.....	161
3	Classificação.....	162
3.1	Serviço público propriamente dito e serviço de utilidade pública.....	162
3.2	Serviços próprios e impróprios.....	163
3.3	Serviços internos e externos.....	163
3.4	Serviços <i>uti universi</i> e serviços <i>uti singuli</i> .....	164
3.5	Serviços essenciais e não essenciais.....	164
4	Meios de prestação de serviço público.....	165
4.1	Serviço centralizado.....	165
4.2	Serviço descentralizado.....	168
5	Diretrizes do serviço e direitos do usuário.....	199
5.1	Permanência.....	199
5.2	Atualidade.....	200
5.3	Generalidade.....	200
5.4	Modicidade.....	200
5.5	Obrigatoriedade.....	201
5.6	Cordialidade.....	201
5.7	Adequação.....	201
5.8	Reconhecimento e proteção dos direitos dos usuários.....	202
6	Serviço ambiental.....	203
<b>Capítulo V – AGENTES PÚBLICOS.....</b>		<b>207</b>
1	Considerações iniciais.....	207
2	Nova ótica no serviço público.....	209
2.1	O regime unicista.....	210
2.2	Aspectos relevantes da reforma administrativa.....	211
3	Conceito.....	213
3.1	Agente Político.....	214
3.2	Servidor público.....	215
4	Aspectos constitucionais aplicáveis aos servidores públicos.....	220
4.1	Acessibilidade.....	220
4.2	Vedação de acumulação de cargos públicos.....	227

4.3	Direito de Greve.....	228
4.4	Investidura em mandato eletivo .....	229
5	Investidura.....	231
5.1	Originária.....	231
5.2	Derivada.....	231
6	Remuneração.....	234
6.1	Teto remuneratório.....	235
6.2	Revisão geral.....	243
7	Aposentadoria.....	243
7.1	Regra de transição.....	244
7.2	Nova Regra .....	245
<b>Capítulo VI – LICITAÇÃO .....</b>		<b>253</b>
1	Considerações iniciais .....	253
2	Conceito .....	253
2.1	Obrigatoriedade.....	254
2.2	Legislação atual e perspectiva de alterações .....	255
2.3	O formalismo .....	266
3	Competência legislativa.....	267
4	Princípios.....	268
4.1	Princípio da igualdade.....	269
4.2	Princípio da legalidade.....	275
4.3	Princípio da impessoalidade.....	276
4.4	Princípio da moralidade e da probidade.....	276
4.5	Princípio da publicidade.....	277
4.6	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.....	281
4.7	Princípio do julgamento objetivo .....	282
4.8	Princípio da adjudicação compulsória.....	283
4.9	Princípio da ampla defesa .....	284
4.10	Princípio da padronização.....	285
5	Objeto da licitação.....	287
6	Registro de preços .....	289
7	Contratação direta.....	292
7.1	Licitação dispensada .....	293
7.2	Licitação dispensável .....	296
7.3	Licitação inexigível.....	306
7.4	Formalidades.....	307
8	Modalidades de licitação .....	309
8.1	Concorrência.....	310
8.2	Tomada de preços .....	311
8.3	Convite.....	312
8.4	Escolha da modalidade.....	315

8.5	Concurso.....	318
8.6	Leilão.....	319
8.7	Pregão.....	321
9	Tipos de licitação.....	339
9.1	Menor preço.....	339
9.2	Melhor técnica.....	341
9.3	Técnica e preço.....	344
9.4	Maior lance ou oferta.....	350
10	Registro cadastral.....	350
11	Fases da licitação.....	351
11.1	Abertura e o processo administrativo.....	352
11.2	Habilitação.....	353
11.3	Classificação.....	363
11.4	Homologação e adjudicação.....	367
12	Procedimentos.....	367
13	Revogação, invalidação e desistência da licitação.....	371
13.1	Revogação.....	371
13.2	Invalidação ou anulação.....	372
13.3	Desistência.....	373
14	Controle da licitação.....	373
14.1	Controle interno.....	373
14.2	Controle externo.....	378
<b>Capítulo VII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>		<b>389</b>
1	Considerações iniciais.....	389
2	Classificação.....	391
3	Objeto do contrato.....	392
4	Partes.....	393
5	Interpretação.....	393
6	Cláusulas necessárias.....	394
7	Garantias.....	395
8	Vigência.....	397
9	Formalização dos contratos.....	401
10	Cláusulas exorbitantes.....	402
11	Manutenção do equilíbrio econômico- financeiro.....	403
12	Da alteração dos contratos.....	408
12.1	Alteração unilateral.....	408
12.2	Alterações consensuais.....	410
12.3	Teoria da imprevisão.....	413
12.4	Aditamento.....	415
13	Execução e subcontratação.....	416

13.1	Subcontratação compulsória .....	416
13.2	Fiscalização.....	417
14	Recebimento do objeto .....	418
15	Inexecução do contrato.....	421
15.1	A cláusula <i>exceptio non adimpleti contractus</i> .....	422
16	Extinção do contrato.....	423
16.1	Rescisão .....	425
16.2	Rescisão consensual.....	426
16.3	Rescisão judicial .....	426
17	Controle do contrato pelo tribunal de contas .....	429
18	Efeitos da anulação do contrato.....	430
19	Contratos em espécie.....	430
19.1	Contrato de obra pública .....	430
19.2	Contrato de serviço .....	431
19.3	Contrato de concessão de uso de bem público .....	432
19.4	Contrato de concessão de obra pública .....	432
19.5	Contrato de empréstimo público .....	432
19.6	Contrato de gestão.....	432
<b>Capítulo VIII – BENS PÚBLICOS.....</b>		<b>439</b>
1	Definição.....	439
1.1	Regime jurídico.....	440
1.2	Bens públicos quanto à titularidade e ao regime. Conceito legal .....	440
2	Classificação dos bens públicos.....	441
2.1	Bens de uso comum do povo .....	442
2.2	Bens de uso especial .....	443
2.3	Bens dominicais.....	444
3	Afetação e desafetação .....	444
4	Regime jurídico dos bens públicos e sua consequência.....	445
5	Aquisição dos bens públicos.....	446
5.1	Aquisição originária e derivada.....	446
5.2	Formas de aquisição de bens pela Administração .....	447
5.3	Aquisição pela transcrição do título aquisitivo .....	447
5.4	Outras formas de aquisição .....	448
6	Administração dos bens públicos .....	453
7	Uso .....	454
7.1	Utilização privada .....	454
8	Alienação.....	458
8.1	Formas de alienação.....	459
9	Bem público em espécie.....	460
9.1	Terrenos de marinha e acrescidos .....	460



9.2	Terrenos reservados ou marginais.....	461
9.3	Terras indígenas.....	461
9.4	Terras devolutas.....	461
<b>Capítulo IX – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....</b>		<b>467</b>
1	Introdução.....	467
1.1	Breve abordagem histórica.....	468
1.2	A propriedade e os direitos fundamentais.....	469
1.3	Fundamentos para a intervenção.....	470
2	Competência.....	471
3	Formas de intervenção na propriedade.....	472
3.1	Limitação administrativa.....	472
3.2	Servidão administrativa.....	473
3.3	Tombamento.....	474
3.4	Ocupação temporária.....	478
3.5	Requisição administrativa.....	478
3.6	Desapropriação.....	479
<b>Capítulo X – ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....</b>		<b>497</b>
1	Introdução.....	497
2	Meios de atuação.....	498
2.1	Monopólio.....	500
2.2	Repressão ao abuso do poder econômico.....	502
2.3	Controle de abastecimento.....	502
2.4	Tabelamento de preços.....	503
<b>Capítulo XI – RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..</b>		<b>505</b>
1	Considerações iniciais.....	505
1.1	Interpretação jurisprudencial.....	506
1.2	Fundamento da responsabilidade objetiva do Estado.....	509
2	Teorias.....	509
2.1	Teorias civilistas.....	510
2.2	Teorias publicistas.....	511
3	Evolução.....	512
4	Características do dano reparável.....	513
5	Responsabilidade do estado por atos jurisdicionais e legislativos.....	514
5.1	Indenização por atos judiciais.....	514
5.2	Indenização por atos legislativos.....	515
6	Direito de regresso.....	515
7	Excludente da responsabilidade.....	516
<b>Capítulo XII – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</b>		<b>523</b>
1	Conceito.....	523

2	Tipos de controle .....	523
3	Controle administrativo .....	524
3.1	Características .....	525
3.2	Finalidades .....	525
3.3	Órgãos de controle administrativo .....	526
3.4	Instrumentos de controle .....	527
3.5	Coisa julgada administrativa .....	528
4	Controle legislativo .....	530
4.1	Características .....	530
4.2	Controle político .....	530
4.3	Controle orçamentário e financeiro .....	531
5	Controle judicial .....	531
5.1	Características .....	532
5.2	Instrumentos de controle .....	532
<b>Capítulo XIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO .....</b>		<b>541</b>
1	Considerações iniciais .....	541
2	Processo administrativo .....	541
2.1	Princípios do processo administrativo .....	542
2.2	Fases do processo administrativo .....	550
3	Espécies de processos administrativos .....	557
3.1	Processo de outorga .....	557
3.2	Processo de polícia .....	557
3.3	Processo de expediente .....	558
3.4	Processo de controle .....	558
3.5	Processo punitivo .....	558
<b>GABARITO .....</b>		<b>563</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>565</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>		<b>569</b>